

# Quadro negro



PORTE PAGO  
DR/BSB  
ISR-47-176/83



Comunicação dos Professores do Distrito Federal — SINPRO/DF

ANO VII

Nº 51

JUNHO/JULHO-86

# SINDICATO DEU CERTO!

Depois de uma grande mobilização (mais uma) e depois da eleição para a nova diretoria do Sinpro-DF, os professores do Distrito Federal têm consciência de que o “que dá certo” é a história feita pelos próprios trabalhadores, que têm o destino na mão. Termina uma greve, muda uma diretoria, mas a categoria tem que continuar unida por dias melhores para o magistério e a Educação no País.

## Sem quórum, eleições vão para 2º turno

Dos 12.198 associados em condições de votar apenas 8.462 compareceram às urnas nesse primeiro turno de eleição da nova diretoria do Sindicato dos Professores. A abstenção foi alta: quase 30 por cento dos eleitores não votaram. Apurados os votos, o resultado foi o seguinte: Chapa 1 — 1.923 votos; Chapa 2 — 4.647 votos; Chapa 3 — 1.225 votos. Houve 158 votos em branco e 509 nulos. Como a Lei determina que o vencedor teria de obter metade mais um dos votos e nenhuma das chapas conseguiu isso, nova eleição dias 17, 18 e 19 deste mês de junho (terça, quarta e quinta), das 9 da manhã às 9 da noite. As urnas novamente nas sedes dos complexos escolares e na sede do Sindicato. Também urnas itinerantes para os colegas das escolas particulares, para a escola do Paranoá, para as escolas rurais e para a UnB. Mais eleição na pág. 8.

## Úteis lições da Greve

No ano passado — após a greve dos professores da FEDF —, quando nossa Categoria conquistou reposição salarial parcelada de quase 46 por cento, o direito de escolher por voto direto e secreto os diretores de escolas e complexos; a estabilidade no emprego e outras importantes vantagens —, desencadeou-se entre os professores uma campanha de descrédito e, em muitos casos, até de difamação contra a direção do nosso Sindicato, com prejuízos enormes para a Entidade e, por consequência, para a Categoria. Até contra o desconto assistencial — de alta relevância para a sobrevivência do Sindicato — orquestrou-se uma (vitoriosa) campanha.

Campanha que para uns tinha como objetivo maior a conquista, a qualquer custo, da direção de nossa Entidade, como parte de uma estratégia nacional; para outros, puramente desmoralizar nossa Entidade, pois fomos responsáveis pela perda de “grossas tetas” conquistadas e usufruídas por aqueles ao curso de 21 anos de servilismo ao regime na época da ditadura. Quiseram induzir a Categoria a acreditar que estávamos comprometidos com os atuais dirigentes da Educação, no DF. Nossa cons-

ciência, no entanto, está tranquila e a história — mais cedo ou mais tarde — irá provar quem é quem.

Mas a aludida campanha conseguiu nos desacreditar e o professor que não refletiu adequadamente foi levado a ações no mínimo precipitadas, durante o movimento grevista deste ano. As mesmas pessoas que nos desencadearam as campanhas passadas fizeram de tudo para provar aos professores que este ano as coisas correriam da mesma forma e dariam os mesmos resultados de 1985, ignorando, inclusive, os fatos novos e as novas situações políticas vigentes no País. Induziram nosso movimento ao confronto que, embora necessário, não poderia ocorrer de imediato e nem isolado. Deu no que deu.

Acreditamos porém que, ao invés do sentimento de derrota que alguns possam alimentar, devemos, isto sim, é tirar lições para que outros movimentos não sejam usados para nos transformar em massa de manobra de interesses encobertos em muitos cursos. Analisemos realmente nossa força e como conquistar nosso objetivo de maneira mais racional e não emocionalmente como foi na última greve.

## Negociações: assembléias decisivas

Dia 22 de junho, pela manhã, os professores da FEDF têm o compromisso de se reunir novamente para examinar uma possível contraproposta do GDF às reivindicações da categoria e definir os rumos da campanha salarial 86/87. A assembléia será realizada na Escola Normal (auditório), às 9 horas da manhã (em 2ª convocação). É hora de todos e de cada um assumirmos de novo o respectivo papel, com responsabilidade e com o empenho concentrado no interesse coletivo. Junho também será decisivo para nossos colegas das escolas particulares. Até o final deste mês, deverá acontecer uma assembléia, que poderá resultar num acordo com o sindicato patronal. Quanto à UnB, ao que tudo indica as negociações terminarão em julgamento do dissídio. Mas ainda é possível que, nos próximos dias, a ADUnB negocie com a Reitoria. Mais informações na página 3 desta edição.

## Xingar ou mentir não resolve. Mas trabalhar, sim

JOMAR Alves Moreno

Muitos avanços sociais dos trabalhadores não são compreendidos e outros são totalmente desvirtuados, portanto, também não compreendidos.

Os desvirtuamentos podem ter vários motivos, como, por exemplo, interesses políticos e eleitorais, imediatistas, oportunistas e que não têm maiores preocupações com os efeitos colaterais que possam provocar à Categoria.

No ano passado, a atual Diretoria do SINPRO/DF, em conjunto com a Categoria, conseguiu o melhor Acordo Coletivo do Brasil nos últimos 50 anos — está aqui lançado o desafio para que alguém possa desmentir-me —, com, inclusive, o maior anseio dos trabalhadores: **estabilidade no emprego**. Porém, a oposição — que nunca teve nenhuma proposta concreta para a Categoria — saiu às escolas dizendo que era um péssimo acordo, que a atual Diretoria era culpada. Ou seja, não tendo propostas e jogando na lata do lixo da História as maiores conquistas da Categoria, partiu para uma ação de baixo nível de xingamentos e de mentiras contra nós.

Ficamos cientes que a categoria jamais iria acreditar em tais xingamentos e mentiras. Logo quando nós, as mentiras foram se consolidando e os xingamentos aumentando. Vimos a mais importante liderança dos professores e, sem exagero algum, do movimento sindical brasileiro, o professor **Liberio**, ser vilipendiado, desmoralizado, sem nenhum direito a defesa. Vimos o nosso melhor acordo ser simplesmente taxado de ruim ou coisa pior.

Companheiros, vejam só, exclusivamente por interesses eleitorais em nosso sindicato assistimos a uma campanha que agora se consolida nas urnas, que repercutiu não só nas pessoas que compõem a atual Diretoria do SINPRO, mas repercutiu principalmente na própria Entidade.

Fica um desafio: esperamos, com toda honestidade e esperança, que a antiga oposição — hoje, situação —, consiga mais do que conseguimos.

Fica um compromisso: serei um dos mais efetivos opositores da nova diretoria, mas com dignidade, honestidade e respeito pelos novos diretores, o que, infelizmente — não para mim, mas para a Categoria — faltou na época em que a maioria deles era uma oposição virulenta, sem princípios e, principalmente, sem propostas.

Por fim, resta uma esperança: de que toda a Categoria, um dia — não muito distante, pois a História e a Verdade chegam mais rápidas do que os mentirosos e os oportunistas supõem — comprove que os verdadeiros lutadores pela Classe não são os que têm meros discursos vazios e inoperantes, mas, sim, aqueles que sempre se pautaram e se apoiaram na realidade de propostas concretas e honestas, porque viáveis.

# Os verdadeiros pilantras: todo cuidado é pouco

GERALDO TADEU de Araújo

Com toda certeza este é o último artigo que eu escrevo como diretor-responsável e editor — de 1980 até hoje — do jornal **Quadro negro**, órgão informativo do Sindicato dos professores no Distrito Federal — SINPRO/DF. Não sei se terei novas (e tão diretas) oportunidades de me dirigir aos colegas através de um veículo tão caro a todos nós. Por isso, vou aproveitar este espaço e — inclusive para desengargo de consciência — alinhar uma série de impressões e reflexões.

Do episódio da recente greve dos professores da FEDF sobram algumas constatações e lições. E uma delas — sobre a qual pretendo me deter, pelas peculiaridades do momento eleitoral e institucional que estamos vivendo — tem implicação direta com o futuro do Sindicato e da Categoria.

Se o grande conjunto da Categoria encampou a greve e lutou bravamente até o fim — movido pelos mais sérios e honestos propósitos —, não é menos verdade que houve colegas e pessoas bem interessadas em que o circo pegasse fogo e fosse consumindo a todos quantos se intepusessem em seu caminho.

Estou me referindo particular e exatamente às já mencionadas em outros artigos de minha autoria **viúvas do finado regime**. As **viúvas** são os que — certamente insatisfeitos com a agonia do regime militar que por 21 anos infelicitou nosso País — tudo fazem ressuscitar velhos e decadentes fantasmagoras, apostam no retorno ao status quo anterior. São os **apeados do Poder**, e saudosos das **benesses, mordomias e facilidades do (vade retro!) antigo regime**. São as **crias da repressão**, do autoritarismo, são os famosos e azedos **duendes** que ficam por aí **amargando rancores e dissabores em cafuzas e pés-de-escada**. São pessoas, enfim, cujos interesses (muito pessoais mesmo) foram contrariados com a implantação do processo

democrático que se tenta restabelecer efetivamente em nosso País.

Entre as **viúvas**, estão certamente colegas (não muitos, felizmente, mas como perturbam!) nossos: professores, ex-diretores, enfiados em escolas e complexos, nas bibliotecas, **torcendo para alguma coisa acontecer**. Vários **afilhados** e **afiados** com a senhora ex-Secretária de Educação do DF.

A estes se juntam os **pescadores de águas turvas**, os partidários do **quanto pior, melhor**, que não vacilam em formar alianças espúrias para satisfazer apetites os mais variados, inclusive crucificar **companheiros** com um passado e um presente de lutas (práticas) em favor da **Educação** e da **Democracia**. Neste ponto, o principal alvo tem sido ultimamente o atual Secretário de Educação do DF.

Tenho sérias restrições ao que vem acontecendo no âmbito da Secretaria de Educação e da Fundação Educacional do DF. Deploro com a máxima veemência algumas declarações infelizes, alguns posicionamentos contraditórios do professor **Fábio Bruno**, no transcurso da greve dos professores da FEDF. Sem nota para a atuação do GDF, enfim. Mas daí a qualquer um de nós **taxar**, em praça pública, o professor Fábio Bruno de **pilantra** (ainda bem que sabemos de que **viúva** a pichação partiu...) ou propor, em assembleia, a exclusão do professor Fábio de nosso corpo de sindicalizados, pelo amor de Deus! Não é por aí, colegas! E as **viúvas**, e os **pescadores de águas turvas**, como e onde ficam?

Em termos imediatos e econômico-financeiros, nossa última greve fracassou, sim. Tudo bem. Não, tudo não tão bem. Vamos continuar lutando e perseguindo nossos objetivos. Mas sem retorno ao passado. Com todos os pesares, **hoje ainda está melhor do que ontem**. Ao futuro, então.

## Constituinte, urgente! Direito de greve também

O reconhecimento do direito de greve, inclusive para os serviços considerados essenciais, será incluído no texto do anteprojeto de constituição que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, criada pela Presidência da República, prepara como "subsídio para o Congresso constituinte". A proposta foi aprovada no último dia 10 de junho na reunião plenária da Comissão, realizada no Rio de Janeiro. As sugestões dos juristas Miguel Reale e Gilberto Ulhoa Canto e do empresário Sérgio Quintella, que proibiam a greve nas "atividades essenciais", foram derrotadas. Esta é a integra das propostas aprovadas pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais:

Capítulo: ordem social  
"Artigo 1º. As normas de proteção aos trabalhadores de segurança social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria dos seus benefícios:

— Estabilidade no emprego e fundo de garantia do tempo de serviço;

— Vedação da prescrição no curso da relação de emprego;

— Reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e incentivo à prática da negociação coletiva.

"Artigo 1º. A associação profissional ou sindical é livre. Ninguém será obrigado por lei a ingressar em sindicato, nem nele permanecer ou para ele contribuir.

"Parágrafo 1º. A assembleia geral é o órgão soberano da entidade sindical, sendo de sua competência exclusiva aprovar os seus estatutos, deliberar sobre sua constituição, organização, contribuição financeira e eleições para seus órgãos diretivos e de representação.

"Parágrafo 2º. Compete às entidades sindicais defender e promover a defesa dos direitos e dos interesses da categoria que representam, com participação junto às empresas e aos organismos públicos que diretamente se relacionem com o exercício daqueles interesses.

"Parágrafo 3º. Em quaisquer questões judiciais ou administrativas poderá intervir o sindicato como terceiro interessado, desde que comprovada a implicação que das mesmas possa advir, de prejuízo direto ou indireto, para a atividade ou profissão.

"Parágrafo 4º. Nenhuma entidade sindical poderá sofrer intervenção, ser suspensa nem dissolvida pela autoridade pública, sem o devido processo judicial, garantido amplo direito de defesa.

"Parágrafo 5º. E assegurado o direito de constituir comissões sindicais para defesa dos interesses da profissão e atuação dentro da empresa.

"Artigo - E reconhecido o direito de greve.

"Parágrafo 1º. Para o seu pleno exercício serão estabelecidas por lei as garantias necessárias para assegurar a manutenção dos serviços essenciais à comunidade.

"Parágrafo 2º. A categoria de serviços essenciais, que deixar de recorrer ao exercício do direito de greve, fará jus, na hipótese a que se refere o artigo, à extensão do melhor acordo coletivo celebrado em categoria afim." (extraído da Folha de S. Paulo, 11/06/86, pág. 5)

## SINPRO-DF

Quadra 03, Bloco A,

nº 107/111

Edifício do Professor Setor Comercial Sul fone: 226-1366 (geral) Brasília-DF

Quadro negro — uma publicação do Departamento de Divulgação do SINPRO-DF. Diretores responsáveis: José Liberio Pimentel e Geraldo Tadeu Araújo. Equipe editorial: Wilson Tadeu, Geraldo Tadeu Araújo, José Liberio Pimentel, Aurélio Anchises e Emile Bouty. Redação: Diretoria do SINPRO-DF. Colaboração: Professores do Distrito Federal. Fotos: Memória SINPRO-DF. Diagramação: Marcos Lisboa. Composição, Paginação (Valdelice da Silva) e Impressão: Jornal de Brasília (Setor de Indústrias Gráficas, Brasília).

DF). Tiragem: 18 mil exemplares.

Sindicato dos Professores no Distrito Federal — DIRETORIA: José Liberio Pimentel, Aurélio Anchises Ribeiro de Souza, Geraldo Tadeu de Araújo, Maria Luzia Pereira, Adolfo José Cabral, Ovalcir Alves Moreira, Emile Augusto Cabral, Bouty, Maria das Dores Oliveira Leão, Volnei Garrafa, Joaquina das Neves Marques, Jomar Alves Moreno, Márcio Monteiro Guimarães, Itagiba Christiana Oliveira Campos Filho, Maria José Ribeiro, Amilton Osmaíl Matias, Mário Donatti, Benedito

Marques de Carvalho, Idelbrando David de Souza, Carlos de Abreu Pena, Marcos Silvío Pinheiro, Ademair de Faria e Maurício Piubelli.

Obs.: Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. O jornal dos professores do DF é aberto a toda contribuição julgada de interesse da categoria (em princípio, utilizamos como critério para publicação de matérias a "urgência" do assunto e, em caso de "contribuições avulsas", "urgência" do assunto e "ordem de chegada" de matérias à redação do **Quadro Negro**).

# Gerais

## ENCONTRO FUNDAMENTAL

Foi adiado para o dia 18 deste mês de junho um encontro importante e, por que não dizer, fundamental para o aperfeiçoamento do ensino de língua portuguesa e literatura brasileira no DF. É o I Encontro entre Escritores e Professores de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Distrito Federal. Na pauta, desenvolvimento no auditório do Sindicato dos Professores, às 19:30 horas, temas como "O que é literatura brasileira" (sua formação e suas perspectivas), bem como "O estudo da literatura brasileira nas escolas do DF". A promoção, do Sindicato dos Professores, em conjunto com o Sindicato dos Escritores.

## FOLCLORE SINDICAL

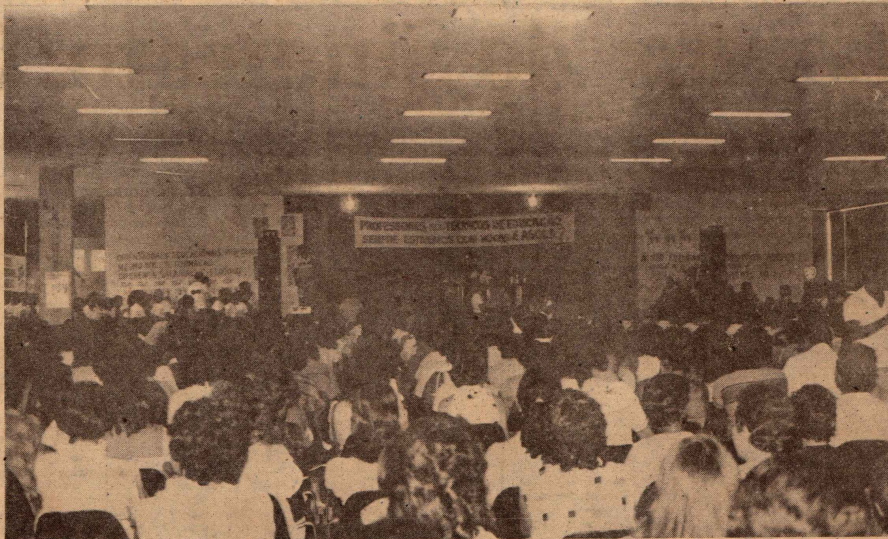
O folclore do movimento dos professores foi certamente enriquecido com a última mobilização da categoria. Em várias assembléias não faltaram propostas, no mínimo, "curiosas". Entre elas, um professor sugeriu a formação de uma fila de colegas do Palácio do Buriti ao Palácio da Alvorada, de mãos dadas, em protesto contra a intransigência e a falta de diálogo no período de greve. Outro professor sugeriu a realização de visitas-surpresas às escolas mas, imediatamente, aduziu que "tudo fosse combinado em voz baixa", para que o governador José Aparecido não ficasse sabendo. Como sempre, também, não faltaram as propostas de "greve até à morte". De tudo, porém, fica a criatividade que sempre enriquece o movimento, produto do idealismo, do entusiasmo e da sensibilidade do professor.

## CONGRESSO EDUCACIONAL

Estará se realizando em Brasília, entre os dias 7 e 11 de julho de 1986, o XII Congresso Nacional da Associação de Educação Católica do Brasil — AEC, tendo como tema central "Educação, Sociedade e Participação". O objetivo geral do Congresso é propiciar aos educadores do Brasil uma ocasião de encontro, expressão, comprometimento e amplo debate sobre a educação na atual conjuntura nacional em vista de uma nova sociedade que possibilite participação de todos e de forma especial dos setores populares marginalizados. Entre os participantes do encontro estarão eminentes educadores católicos como o jurista Dalmo Dalari e os professores Francisco Withaker Ferreira e Alfredo Bosi, além de D. Ivo Lorscheiter. Entre os subtemas vale a pena ficar de olho em "Educação para a Política e Cidadania", "Escolas Indígenas" e "Educação Popular e Educação de Adultos".

## PODERE INTERSINDICAL

A ex-secretária de Educação e Cultura do DF Eurídes Brito, de triste memória, vem se regozijando com desencontros ocorridos na área educacional, entre as atuais autoridades do setor e os professores. Além disso, a dama de ferro tudo vem fazendo (como sempre fez) em busca de uma fatia de poder a ser representada pela eleição à Assembléia Constituinte. Escreve artigos nos jornais, tecendo abstrações sobre "educação comparada", promove chás e convесcetes para aparecer em colunas sociais, além de já ter espalhado seu nome por alguns tapumes do Plano Piloto.



Sempre a participação massiva e as decisões democráticas em assembléias participativas

# Navegar é preciso e mais uma greve valeu

Foram 25 dias de greve, quase um mês, configurando o maior período grevista dos professores no Distrito Federal. Foram diversas assembléias massivas, com uma média de seis mil colegas em cada uma. Foram inúmeras reuniões, vários atos e manifestações públicas, incontáveis audiências, uma série de comunicados à categoria e de documentos às autoridades que se presunse responsáveis. Foram centenas de horas de trabalho fora da sala de aula, mas "pela sala de aula", além de um sem-número de contatos com alunos e pais de alunos. A greve dos professores do Distrito Federal movimentou a vida sindical e o movimento dos trabalhadores na cidade, mais uma vez chamando a atenção da comunidade para os problemas verificados na área.

De concreto a nível salarial, porém, perdeu-se a intransigência governamental, escudada em um renitente cumprimento do pacote econômico. De concreto mesmo, a nível político, ficou a

comprovação da força do professorado unido e consciente, bem como a constatação de uma realidade, a nível de relacionamento com o GDF, que não mudou muito, apesar de todas as mudanças políticas ocorridas no País.

A máquina governamental, porém, teve que se mexer. As palavras do governador, **impensadas** para dizer o mínimo, foram fortemente questionadas. A atuação de ex-companheiros à frente hoje de cargos governamentais, **idem**. Pode-se dizer, com certeza, que não ficou **pedra sobre pedra** da tranquilidade com que o Governo esperava empurrar **goela abaixo** dos trabalhadores mais um ar-rocho.

Os militares, quando no poder, também alegavam o respeito aos **pacotes** considerados por eles como **panacéias** para todos os males da economia. E o tempo provou os erros de avaliações, mostrou, a exemplo de hoje, as greves que começaram a pipocar em 1977 e se alastraram pelo País.

## Assembléia da FEDF é dia 22

Continuam as negociações com a Fundação Educacional, referente ao acordo coletivo válido para o corrente ano e início do próximo. Na assembléia que decidiu pelo encerramento da greve, ficou decidida a realização de outra assembléia, no próximo dia 22 deste mês de junho, às 9 horas da manhã (em segunda convocação), no auditório da Escola Normal de Brasília (908 Sul), para análise e aprovação ou não de contra-proposta que deverá ser entregue pela FEDF. Em acordo parcial, feito em separado, a Diretoria do SINPRO-DF e a Comissão de Negociações acertaram o pagamento normal dos dias parados e os meses de "reposição" de aulas (junho e julho) — conforme calendário sob a responsabilidade do Departamento Geral de Pedagogia (DGP), em conjunto com as direções de complexos e de escolas da FEDF. Ficou para o dia 11 de junho nova rodada de negociações sobre as demais questões pendentes.

## Particulares:

## assembléia

## será no dia 29

Enquanto a campanha salarial dos professores da FEDF atingiu piques de rara efervescência, a campanha dos professores das escolas particulares, este ano, transcorreu em relativo **banho-maria**, devido a circunstâncias as mais diversas. Mesmo assim, dia 29 deste mês de junho (domingo), às 9 horas da manhã (primeira convocação), no auditório do Sindicato dos Professores (Setor Comercial Sul), será realizada uma assembléia geral de professores das escolas particulares para análise de uma contraproposta dos empregadores, a ser encaminhada pelo SINEPE-DF (sindicato patronal).

Alguns pontos já podem ser adiantados em relação à contraproposta que deverá ser encaminhada. Os principais são: a concessão de adicional de 3 por cento ao salário a cada três anos de serviço (trienio); reajuste salarial de 60 por cento (cerca de 8 por cento a mais que o reajuste normal, de 52,8 por cento), a partir da assinatura de um eventual Acordo, e a repetição do Acordo firmado ano passado. Foi isso que o Quadro negro conseguiu apurar até o momento e, ao que tudo indica, é o que deverá ser apresentado na assembléia do dia 29.

# Contas do Sindicato. Confira

Conforme fazemos habitualmente, divulgamos nesta edição os balancetes (janeiro a abril/86) do SINPRO-DF, mais os gastos relacionados especificamente com a recente greve dos professores da FEDE. Os balancetes de maio, junho e parte de julho/86 serão

apresentados em assembleia. Todos os comprovantes de todas as contas de todos os anos, do SINPRO-DF encontram-se diariamente à disposição de todos os associados, para quaisquer verificações e/ou esclarecimentos. Dia 6 de julho (domingo), às 9 horas da manhã (em pri-

meira convocação), no auditório da Escola Normal de Brasília (908 Sul), haverá uma nova assembleia de prestação de contas. Todos têm o direito, o dever e a responsabilidade de comparecer e se inteirar sobre as finanças do nosso Sindicato. Não deixe que boatos ou quaisquer dis-

se-me-disse semeiem dúvidas sobre o assunto de tamanha importância, pois que diz respeito ao patrimônio de toda a Categoria, portanto, ao patrimônio stadamente construído de cada um de nós. Divulga as próximas assembleias junto aos colegas.

## JANEIRO

CÓDIGO	CONTAS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA
			NO MES	ATE O MES	
<b>00.00 ADMINISTRACAO GERAL</b>					
<b>21.00 DIRETORIA</b>					
.13	Ord. & Diretoria	519.000,00	20.498,749	20.498,749	498.501,251
.15	Ajud. de Custo	129.500,00	5.206,226	5.206,226	124.293,774
.24	Alimentação	4.500,00	0	0	4.500,000
.31	Cond. & Transporte	36.000,00	1.798,437	1.798,437	34.201,563
.41	Previdência Social	100.000,00	4.435,576	4.435,576	95.564,424
.42	P.F.T.S.	42.000,00	0	0	42.000,000
.43	P.I.S.	5.200,00	0	0	5.200,000
<b>TOTAL DE DIRETORIA</b>					
		832.200,00	31.034,988	31.034,988	801.165,012
<b>22.00 DEPT. ADMINISTRATIVO</b>					
.11	Ordemad. & Salários	882.000,00	26.516,484	26.516,484	855.483,516
.12	Honorários	150.000,00	6.046,175	6.046,175	143.953,825
.21	Art. de Expediente	200.000,00	2.265,520	2.265,520	197.734,480
.22	Art. de Limpeza	6.000,00	61,025	61,025	5.938,975
.23	Fotocópia	2.000,00	55,800	55,800	1.944,200
.24	Alimentação	10.000,00	900,000	900,000	9.100,000
.25	Lanchas	2.500,00	0	0	2.500,000
.31	Cond. & Transporte	100.000,00	2.277,900	2.277,900	97.722,100
.32	Percep. e Tax.	35.000,00	1.909,937	1.909,937	33.090,063
.33	Alug. e Exp. do	1.000,00	91,316	91,316	908,684
.34	Telefone	30.000,00	3.774,533	3.774,533	26.225,467
.35	Correios/Teleg.fern	160.000,00	1.999,810	1.999,810	158.000,190
.36	Rep. em Instalaç.ões	24.000,00	4.581,796	4.581,796	19.418,204
.37	Print. de Serviços	50.000,00	2.550,000	2.550,000	47.450,000
.38	Manut./Equipam.ento	75.000,00	504,000	504,000	24.496,000
.39	Manut. de Veicul.ões	180.000,00	1.667,750	1.667,750	178.332,250
A	- Combustível	1.500,00	1.500,000	1.500,000	0
<b>SUB-TOTAL</b>					
		1.795.500,00	56.533,046	56.533,046	1.738.966,954

## FEVEREIRO

CÓDIGO	CONTAS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA
			NO MES	ATE O MES	
<b>00.00 ADMINISTRACAO GERAL</b>					
<b>21.00 DIRETORIA</b>					
.13	Ord. & Diretoria	519.000,00	15.410,678	15.410,678	493.589,322
.15	Ajud. de Custo	129.500,00	51.162,226	51.162,226	78.337,774
.24	Alimentação	4.500,00	0	0	4.500,000
.31	Cond. & Transporte	36.000,00	1.798,437	1.798,437	34.201,563
.41	Previdência Social	100.000,00	4.435,576	4.435,576	95.564,424
.42	P.F.T.S.	42.000,00	0	0	42.000,000
.43	P.I.S.	5.200,00	0	0	5.200,000
<b>TOTAL DE DIRETORIA</b>					
		832.200,00	291.032,965	291.032,965	541.167,035
<b>22.00 DEPT. ADMINISTRATIVO</b>					
.11	Ordemad. & Salários	882.000,00	27.066,636	27.066,636	854.933,364
.12	Honorários	150.000,00	6.099,125	6.099,125	143.900,875
.21	Art. de Expediente	200.000,00	8.934,203	8.934,203	191.065,797
.22	Art. de Limpeza	6.000,00	12,120	12,120	5.987,880
.23	Fotocópia	2.000,00	101,000	101,000	1.898,000
.24	Alimentação	10.000,00	1.423,500	1.423,500	8.576,500
.25	Lanchas	2.500,00	0	0	2.500,000
.31	Cond. & Transporte	100.000,00	2.305,100	2.305,100	97.694,900
.32	Percep. e Tax.	35.000,00	90,070	90,070	34.909,930
.33	Alug. e Exp. do	1.000,00	1.607,018	1.607,018	1.392,982
.34	Telefone	30.000,00	3.913,003	3.913,003	26.086,997
.35	Correios/Teleg.fern	160.000,00	1.308,710	1.308,710	158.691,290
.36	Rep. em Instalaç.ões	24.000,00	1.000,000	1.000,000	23.000,000
.37	Print. de Serviços	50.000,00	1.505,216	1.505,216	48.494,784
.38	Manut./Equipam.ento	75.000,00	565,828	565,828	29.434,172
.39	Manut. de Veicul.ões	180.000,00	1.667,750	1.667,750	178.332,250
A	- Combustível	1.500,00	1.500,000	1.500,000	0
<b>SUB-TOTAL</b>					
		1.795.500,00	467.771,812	467.771,812	1.327.728,188

## MARÇO

CÓDIGO	CONTAS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA
			NO MES	ATE O MES	
<b>00.00 ADMINISTRACAO GERAL</b>					
<b>21.00 DIRETORIA</b>					
.13	Ord. & Diretoria	519.000,00	31.422,30	31.422,30	487.577,700
.15	Ajud. de Custo	129.500,00	8.281,00	8.281,00	121.219,000
.24	Alimentação	4.500,00	71,00	71,00	4.429,000
.31	Cond. & Transporte	36.000,00	2.204,71	2.204,71	33.795,290
.41	Previdência Social	100.000,00	6.500,43	6.500,43	93.499,570
.42	P.F.T.S.	42.000,00	0	0	42.000,000
.43	P.I.S.	5.200,00	33,774	33,774	4.866,226
<b>TOTAL DE DIRETORIA</b>					
		832.200,00	46.563,56	46.563,56	724.636,440
<b>22.00 DEPT. ADMINISTRATIVO</b>					
.11	Ordemad. & Salários	882.000,00	40.773,42	40.773,42	841.226,580
.12	Honorários	150.000,00	1.685,15	1.685,15	148.314,850
.21	Art. de Expediente	200.000,00	10.801,99	10.801,99	189.198,010
.22	Art. de Limpeza	6.000,00	150,52	150,52	5.849,480
.23	Fotocópia	2.000,00	0	0	1.843,200
.24	Alimentação	10.000,00	900,00	900,00	9.100,000
.25	Lanchas	2.500,00	0	0	2.500,000
.31	Cond. & Transporte	100.000,00	2.208,10	2.208,10	97.791,900
.32	Percep. e Tax.	35.000,00	1.933,07	1.933,07	33.066,930
.33	Alug. e Exp. do	1.000,00	1.024,1	1.024,1	1.975,900
.34	Telefone	30.000,00	2.945,25	2.945,25	26.054,750
.35	Correios/Teleg.fern	160.000,00	1.145,82	1.145,82	158.854,180
.36	Rep. em Instalaç.ões	24.000,00	1.210,00	1.210,00	22.790,000
.37	Print. de Serviços	50.000,00	3.650,00	3.650,00	46.350,000
.38	Manut./Equipam.ento	75.000,00	950,00	950,00	29.050,000
.39	Manut. de Veicul.ões	180.000,00	1.651,99	1.651,99	178.348,010
A	- Combustível	1.500,00	1.500,000	1.500,000	0
<b>SUB-TOTAL</b>					
		1.795.500,00	79.120,25	79.120,25	1.716.379,750

CÓDIGO	CONTAS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA
			NO MES	ATE O MES	
<b>22.00 DEPT. ADMINISTRATIVO</b>					
.41	Previdência Social	200.000,00	8.042,993	8.042,993	191.957,007
.42	P.F.T.S.	71.000,00	0	0	71.000,000
.43	P.I.S.	9.000,00	0	0	9.000,000
.44	Impostos e Taxas	14.000,00	0	0	14.000,000
.45	Saque e Provisão	30.000,00	0	0	30.000,000
.46	Contrib./I.P.T.R.S.	10.000,00	0	0	10.000,000
.47	Contrib./C.P.S.	45.000,00	0	0	45.000,000
.48	Contrib./I.R.E.E.M.	10.000,00	0	0	10.000,000
.51	Dep. Judicial e Publico de Justiça	50.000,00	549,199	549,199	49.450,801
.52	Prop. e Publicidade	180.000,00	120,000	120,000	179.880,000
.53	An. Jornal. & Revist.	4.000,00	19,500	19,500	3.980,500
.54	Rest. de Honorários	500,00	0	0	500,000
.55	Juros e Multas/Imp.	60,00	0	0	60,000
.56	Despesa Bancária	600,00	0	0	600,000
.57	Despesa Médica	4.000,00	0	0	4.000,000
<b>TAL DE DEPT. ADMINIST.</b>					
		2.426.160,00	65.021,738	65.021,738	2.361.138,262
<b>30.00 ASSISTENCIA JURIDICA</b>					
.11	Ordemad. & Salários	500.000,00	18.093,150	18.093,150	481.906,850
.41	Previdência Social	110.000,00	5.498,486	5.498,486	104.501,514
.42	P.F.T.S.	40.000,00	0	0	40.000,000
.43	P.I.S.	5.000,00	0	0	5.000,000
.44	An. Jornal. & Revist.	8.000,00	0	0	8.000,000
<b>TAL DE ASSIST. JURIDICA</b>					
		663.000,00	23.591,636	23.591,636	639.408,364

CÓDIGO	CONTAS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA
			NO MES	ATE O MES	
<b>22.00 DEPT. ADMINISTRATIVO</b>					
.41	Previdência Social	200.000,00	8.042,993	8.042,993	191.957,007
.42	P.F.T.S.	71.000,00	0	0	71.000,000
.43	P.I.S.	9.000,00	0	0	9.000,000
.44	Impostos e Taxas	14.000,00	0	0	14.000,000
.45	Saque e Provisão	30.000,00	0	0	30.000,000
.46	Contrib./I.P.T.R.S.	10.000,00	1.200,000	1.200,000	8.800,000
.47	Contrib./C.P.S.	45.000,00	0	0	45.000,000
.48	Contrib./I.R.E.E.M.	10.000,00	0	0	10.000,000
.51	Dep. Judicial e Publico de Justiça	50.000,00	549,199	549,199	49.450,801
.52	Prop. e Publicidade	180.000,00	100,000	100,000	179.900,000
.53	An. Jornal. & Revist.	4.000,00	1.709,500	1.709,500	2.290,500
.54	Rest. de Honorários	500,00	0	0	500,000
.55	Juros e Multas/Imp.	60,00	0	0	60,000
.56	Despesa Bancária	600,00	14,300	14,300	585,700
.57	Despesa Médica	4.000,00	260,700	260,700	3.739,300
<b>TAL DE DEPT. ADMINIST.</b>					
		2.426.160,00	29.749,996	29.749,996	2.396.410,004
<b>30.00 ASSISTENCIA JURIDICA</b>					
.11	Ordemad. & Salários	500.000,00	12.904,293	12.904,293	487.095,707
.41	Previdência Social	110.000,00	4.106,438	4.106,438	105.893,562
.42	P.F.T.S.	40.000,00	0	0	40.000,000
.43	P.I.S.	5.000,00	0	0	5.000,000
.44	An. Jornal. & Revist.	8.000,00	0	0	8.000,000
<b>TAL DE ASSIST. JURIDICA</b>					
		663.000,00	17.010,731	17.010,731	645.989,269

CÓDIGO	CONTAS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA
			NO MES	ATE O MES	
<b>22.00 DEPT. ADMINISTRATIVO</b>					
.41	Previdência Social	200.000,00	9.271,71	9.271,71	190.728,290
.42	P.F.T.S.	71.000,00	0	0	71.000,000
.43	P.I.S.	9.000,00	520,72	520,72	8.479,280
.44	Impostos e Taxas	14.000,00	0	0	14.000,000
.45	Saque e Provisão	30.000,00	0	0	30.

# Suplemento

Documento



A diretoria do Sindicato dos Professores que ora deixa o comando da entidade: *missão cumprida*

## Missão Cumprida

Os, hoje, perto de 15 mil professores sindicalizados (quando assumimos, em julho de 1980, eram em torno de 5 mil) — congregando colegas da rede oficial de ensino, das escolas particulares (incluindo faculdades) e da Universidade de Brasília — são talvez a melhor prova de que o SINPRO-DF realmente cresceu, é uma força viva, a Categoria acreditou e nele acredita. Proporcionalmente ao número de profissionais (cerca de 16 mil professores) na respectiva base territorial, o SINPRO-DF tem o maior número de filiados em todo o País.

Recém-saído de uma dolorosa intervenção governamental (por mais de um ano — maio de 79 a julho de 80 — nosso Sindicato esteve, ora sob intervenção direta do Ministério do Trabalho, ora sob a tutela de uma Junta Governativa nomeada pelo mesmo Ministério), no começo não tínhamos nem onde trabalhar direito. Na verdade, logo que assumimos, encontramos praticamente uma sala alugada e uma Carta do Ministério do Trabalho autorizando o Sindicato a funcionar. Os vários departamentos que criamos para o SINPRO passaram, então, a ocupar o pouco mais de 150 metros quadrados de uma sala situada em prédio ao lado da atual sede. Hoje, estamos bem instalados em cinco andares convenientemente equipados no (atual) Edifício do Professor, sede própria do SINPRO-DF adquirida em 1981/1982.

Desde as primeiras negociações coletivas — sempre precedidas de reuniões regionais para levantamento e discussão de reivindicações da Categoria —, tivemos sempre de enfrentar a intransigência dos patrões das escolas particulares e as (históricas) manifestações de intransigência e autoritarismo da senhora à época Secretária de Educação e do Reitor Azevedo. Demissões arbitrárias corriam às soltas, desde a greve de 1979. Hoje, vários desses colegas demitidos desfrutam novamente do convívio da

Categoria, em decorrência do Acordo firmado ano passado com a SEC/FEDF.

Apesar das incriveis dificuldades, apesar da ditadura, apesar da repressão, apesar de todos os pesares, enfim, entre 1980 e 1985 obtivemos ganhos significativos, em decorrência de acordos celebrados entre empregados e empregadores. Contribuímos — através de amplo apoio e assistência à ADUnB (Associação de Docentes da UnB) — para a melhoria das relações de trabalho e para o processo de democratização — em curso — da Universidade de Brasília.

Em 1985, firmamos o melhor Acordo Coletivo de todos os tempos, em qualquer parte do Brasil. Esse Acordo incorpora conquistas presentes e anteriores. Com esse Acordo, iniciouse efetivamente o processo de democratização nas escolas oficiais do DF.

Mesmo nos duros anos de repressão, não capitulamos. Ao contrário de muitos ácidos críticos de hoje, não escondemos uma vez sequer o pescoço. Combatemos a ditadura da Diretoria foram presos e espancados (lembram-se da campanha das Diretas, em 1984?). Enfrentamos (nós, da Diretoria do SINPRO-DF, junto com alguns bravos companheiros de entidades de classe irmãs) a polícia aqui bem na porta do nosso Sindicato. Convivemos e lutamos bravamente contra os pacotes de arrocho salarial (decretos-leis, etc.) e contra o terrorismo oficial que sempre considerou os sindicatos como instituições não grata, porque defensoras dos interesses dos trabalhadores. Fizemos sempre questão de separar paridarismo de sindicalismo, por entendermos ser o universo da categoria muito complexo para garantir exclusividade a qualquer partido ou central sindical (das que existem hoje). Defendemos sempre uma Central verdadeiramente única. Participamos dos movimentos em favor da anistia ampla, geral e irres-

trita, pelas Diretas Já; contra as medidas de emergência; pela organização dos muturários do BNH; contra os aumentos das tarifas de transportes; em prol da criação da representação política do Distrito Federal, em todos os níveis.

Além de assistência jurídica eficiente e permanente, promovemos uma infinidade de cursos, palestras, conferências, seminários, debates; exibimos filmes e peças teatrais. Valorizamos o talento artístico e literário do professor através de concursos, dos quais resultou a edição do cinco coletâneas de contos e poemas (fato também inédito no sindicalismo do País). Criamos a Semana do Professor. Promovemos e realizamos — em conjunto com a Categoria — o I e o II Encontro de Professores do Distrito Federal, ambos com amplo sucesso e proveito. Participamos ativamente — com delegações — de congressos da CPB (Confederação de Professores do Brasil), da CUT e da CONCLAT (hoje CGT), de variados eventos promovidos pelas mais diversas entidades aqui e no país inteiro.

Mediante autorização de assembleia geral, adquirimos, em 1983, 650 mil metros quadrados (65 hectares) de terreno perto de Taguatinga para a construção — também já aprovada em assembleia — de uma área de lazer (club) para os professores do DF. Assinamos, ainda, dezenas de convênios assistenciais. Enviamos dezenas de milhares de correspondências aos professores. E fundamos (patente registrada...) o Quadro Negro — o jornal do SINPRO-DF — que ao completar com esta 52 edições ininterruptas (nasceu em outubro de 80), dá também por encerrada a presente etapa de sua missão, agradecendo a todos pelo prestígio e conclamando a Categoria a valorizar, a fortalecer e a engrandecer sempre mais sua Entidade representativa de Classe, nosso valoroso Sindicato dos Professores no Distrito Federal — SINPRO-DF.

# Sindicato: anos de reconstrução

Aos derrotistas, aos céticos, aos pessimistas, aos agourentos, aos reacionários, aos imobilistas, enfim, à pequena e insignificante minoria que sempre serve de estímulo por mais que procure o contrário, mais uma vez o grito bem alto: valeu a pena tantos anos de luta! Já dizia o poeta que tudo vale a pena se a alma não é pequena e aqui vai a inevitável paródia: tudo vale a pena se o ideal e a luta não são pequenos. Agora, no início de julho, a segunda diretoria na história de construção do Sindicato dos Professores estará deixando o comando da frente de batalha. Mas continuará atenta a todos os embates, como é do feitio dos companheiros que souberam honrar a camisa.

Tudo começou, certamente, com o primeiro professor que pisou no Planalto Central... Mas daria um livro se fosse contar a história toda. Dai, vamos dar um salto até 1980, quando foi realizada a primeira eleição para a diretoria do Sindicato dos Professores, com mandato de três anos. Não vamos esquecer, porém, os acontecimentos anteriores, dos quais sobressai a greve de 1979, grande marco de organização do professorado brasileiro. Não vamos esquecer, por exemplo, a luta de companheiros como os professores Olímpio Mendes e Fábio Bruno, pioneiros na Associação Profissional dos Professores. Mas um dia, com certeza, algum professor inspirado vai escrever essa história de luta, de suor, de lágrimas... Vamos, aqui, dar um pulo até os últimos anos, contribuindo, com maior consistência, para algumas das páginas mais belas dessa história. Se partir de um leigo em História, o recente movimento dos professores pode ser dividido em dois períodos: um de reconstrução, que pode ser compreendido dentre 1980 e 1983, gestão da primeira diretoria do Sindicato, e um outro de consolidação, que viria logo após, até agora, respectivamente com a diretoria que encerra sua missão. Foi preciso começar, praticamente, do zero quase absoluto. O regime militar escreveu um dos capítulos mais obscuros da história brasileira, sempre é bom repetir. A reconstrução começou contra os movimentos trabalhistas, atingiu em cheio os movimentos sociais do campo e da cidade, passou pelo movimento estudantil e pelo Parlamento, mas ficou sobre pedra, graças ao autoritarismo e à ditadura (palavra que não deixa saúde). Mas antes vamos lembrar um pouco do período de construção, anterior a 1980.



Primeira diretoria, eleita em 1980: parte dos membros e alguns colaboradores

## Apesar da perseguição, a construção

Na fase de construção, durante a década passada, dois grandes momentos: a criação da Associação dos Professores do Distrito Federal, em 1º de novembro de 1975. As reivindicações principais, na época, eram incentivos funcionais, reclassificação, "contrato" e salário. "Grupo-Magistério" e o Estatuto do Magistério. O segundo grande momento foi a fundação do próprio Sindicato dos Professores, em março de 1979. Em dois de maio, o Sindicato já sofria uma brutal intervenção governamental, como represália ao grande movimento grevista que uniu praticamente todos os 11 mil integrantes da categoria, na Fundação Educacional. A grande greve de 1979 possibilitou praticamente não apenas um avanço a nível de conscientização da categoria, como também fermentou o surgimento de novas lideranças, que nos anos seguintes iriam assumir o comando do movimento, conquistando as novas e importantes vitórias e participando ativamente de novas situações. A greve contou com o apoio do mais amplo leque de segmentos sociais e de entidades e personalidades democráticas. Os professores deram de cara, porém, com o período de "abertura" lenta e gradual do regime militar. Com todas as suas incoerências e falácias, o Governo não teve maturidade suficiente para compreender um movimento reivindicatório. Resultado: intervenção, demissão, perseguição de professores.

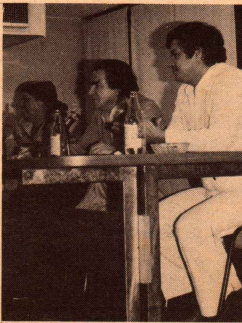
## Arrumar a casa e reconstruir a entidade máxima

Eleita por maioria expressiva de votos, toma posse em julho de 1980 a primeira diretoria do Sindicato dos Professores, após o período de intervenção do Ministério do Trabalho. Começou aí, então, um período de estabilidade no seio do movimento sindical dos professores, em que se fir-

maram vários eventos tradicionais, a exemplo da 1ª Semana do Professor, realizada já em outubro daquele ano. No início, o Sindicato dos Professores localizava-se em uma acanhada sala no Edifício Yara Medeiros, ao lado de onde hoje se encontra a sede própria e definitiva da entidade. Eram sete mil sindicalizados ao final do ano, comprovando que a entidade já nascia forte. Como 1980 foi o ano de eleição e posse na primeira diretoria, o primeiro passo era arrumar a casa, além de preparar o fôlego para as lutas (e que lutas!) vindouras.

A primeira campanha salarial viria, então, no ano de 1981. Uma assembleia geral da categoria, realizada no mês de novembro do ano anterior, havia reunido cerca de 200 mestres (hoje, reúne-se vinte vezes mais, em média). Ao lado da campanha salarial, uma das principais bandeiras de luta da categoria era, sem dúvida, justiça para os professores demitidos na greve de 1979. Até mesmo a então secretária Eurides Brito foi convocada para prestar esclarecimentos à Comissão do DF no Senado, "sem nada" de concreto, por parte dela. A professora Eurides já demonstrava, com todas as suas garras, a fúria com que trataria o movimento dos professores até os últimos dias de sua gestão.

Paralelo ao trabalho reivindicatório, o Sindicato dos Professores não descuidou, nunca, porém, de setores como o cultural, o jurídico e o assistencial (não confundir com o "assistencialismo" dos pelegos). Convênios, campanhas de sindicalização, cursos,



Personalidades nacionais no Sindicato: o professor Darcy Ribeiro (centro), por exemplo



Apuração das eleições para a segunda eleição para a diretoria do Sindicato dos Professores: vence a Chapa I, por esmagadora maioria

seminários, palestras, conferências, incentivo às diversas artes, enfim, a entidade passou a fomentar a alma do professorado brasileiro, não se esquecendo, também, do "corpo", incentivado a partir de inúmeras promoções esportivas.

O Sindicato dos Professores, além de se integrar ao movimento social e democrático no Distrito Federal, começou também a projetar lá fora, nos outros Estados, a imagem de combatividade da categoria em Brasília. Logo no primeiro ano de gestão — que começou em 21 de julho de 1980 —, com menos de quatro meses, a primeira diretoria já contabilizava a participação ativa no congresso anual da Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino (CMOPE). Foi marcante igualmente sua participação junto ao Congresso Nacional em defesa de questões de interesse da categoria, entre as quais a luta pelo direito de Aposentadoria Especial aos 25 anos de serviço para o professor. A primeira diretoria começava lutas que até hoje continuam, como a luta pelo trênio, pela limitação do número de alunos por sala de aula, por um piso salarial condizente para a Classe "A", pela equiparação do salário dos Técnicos de Educação ao salário do professor Classe "C"; pela estabilidade para os professores das particulares e pagamento a estes por trabalhos extraclasses, etc. E mais: a luta pelo clube do professor cujo terreno e projeto de construção já estão definidos e aprovados pela categoria —, sem dúvida alguma um poderoso instrumento de intercâmbio, integração e mobilização de professores.

A projeção nacional do Sindicato dos Professores teve um momento alto no mês de outubro de 1981, com um evento histórico: um seminário sobre "Educação do Povo" contou com a participação, em sua abertura, do professor Darcy Ribeiro, recém-integrado no País, depois de anos de exílio. Já naquele ano, também, a realização de um concurso de literatura, com a edição da coletânea "Conta Professor" — evento que viria a se repetir nos anos subsequentes reunindo os contos vencedores. O Sindicato começava a participar ativamente, também, dos congressos da Confederação dos Professores do Brasil (CPB).

Começou a batalha pela construção da sede própria do Sindicato dos Professores, culminando com a inauguração do prédio "Edifício do Professor" durante a III Semana do Professor, em outubro de 1982.

Praticamente a maior sede de unidade sindical de trabalhadores do DF, sem precisar de peleguismos, a sede do Sindicato passou a ser um espécie de pulmão democrático do Setor Comercial Sul. O prédio, hoje já possui muitas histórias para contar, como veremos mais adiante. Voltando um pouco antes, a 1ª Semana do Professor ficou na memória do professorado brasileiro tanta foi a motivação, a participação e o conagração de tantos quantos tiveram a oportunidade de dela participar.

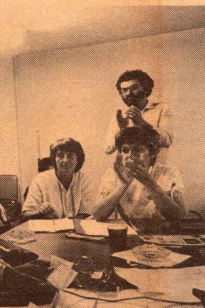
Já em 1982, com os efeitos emanados pelos ventos de redemocratização em todos os Estados, que pela primeira vez elegeram seus governadores depois do Golpe Militar de 64, o Sindicato dos Professores participou ativamente da luta por representação política para o Distrito Federal, seja através de editoriais, matérias no órgão informativo da categoria, seja através de atos e manifestações concretas.

Veio 1983, ano de eleição para a direção do Sindicato dos Professores. Ano de balanço, ano de julgamento da categoria, ano de mostrar para quem o caminho desejava ir a categoria. Não deu outra. Os professores fizeram inúmeros apelos, o reconhecimento tanto e o apoio cresceu mais ainda a ponto da então diretoria ser obrigada a formar, uma chapa de "situação" para continuar o trabalho de consolidação da entidade. Apesar de algumas mudanças, a nova diretoria, eleita de forma esmagadora naquele ano, era, em substância, ideal e luta, continuação da anterior. O colégio eleitoral de mais de 8 mil eleitores sufragou e aprovou o trabalho realizado ao longo dos três primeiros anos de reconstrução do Sindicato dos Professores. Começaria, então, período de consolidação, que a maioria dos atuais personagens do movimento sindical dos professores viveria com toda a intensidade.

## Arrocho salarial: greves fazem a consolidação!

Em 1983, depois de uma nova burocracia e típica das administrações autoritárias, a entidade máxima de representação do professorado conseguiu, finalmente, ser recebida pe-

# construção e consolidação



Eleição para a diretoria do S. I. por esmagadora maioria

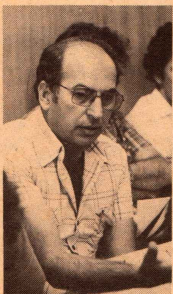
amente a maior sede de uma entidade sindical de trabalhadores no País. Não precisou de plebiscitos, mas o Sindicato passou a ser uma entidade de pulmão democrático no Brasil. Comercial Sul. O prédio, hoje, possui muitas histórias para contar. Veremos mais adiante. Mas do início a pouco antes, a III Assembleia do Professor ficou na memória do professorado brasileiro, não só por uma vitória, mas por uma participação e um engajamento de tantos quantos não tinham a oportunidade de dela participar.

Em 1982, com os efêlvios produzidos pelos ventos de redemocratização em todos os Estados, que primeira vez elegeram seus membros depois do Golpe Militar de 64, o Sindicato dos Professores passou a ser o ponto de partida para a luta pela categoria política para o Distrito Federal, seja através de editoriais e artigos no órgão informativo da categoria, seja através de atos e manifestações concretas.

Em 1983, ano de eleição para a diretoria do Sindicato dos Professores, o balanço, ano de julgamento da categoria, ano de mostrar para quem não desejava ir a categoria. Não houve outra. Os professores fizeram seus apelos, o reconhecimento foi dado e o apoio cresceu mais ainda, a categoria então diretoria ser obrigada a assumir uma chapa de "situação" para continuar o trabalho de construção da entidade. Apesar de algumas mudanças, a nova diretoria, formada de forma esmagadora naquele ano, em substância, ideal e luta, continuou a construção da entidade. O colégio eleitoral de mais de 8 mil eleitores aprovou e aprovou o trabalho realizado ao longo dos três primeiros meses de reconstrução do Sindicato dos Professores. Começaria, então, o ano de consolidação, que a maioria dos personagens do movimento sindical dos professores viveria com intensidade.

## Arrocho salarial: greves fazem a consolidação!

Em 1983, depois de uma novela política e típica das administrações militares, a entidade máxima de representação do professorado conseguiu, finalmente, ser recebida pela



Professores Aurélio Anchises (atual presidente), Libério Pimentel (presidente por duas gestões consecutivas) e Olímpio Mendes (um dos fundadores da entidade e precursor do movimento)

então secretária de Educação e Cultura, professora Eurides Brito. Nenhum avanço, porém, se verificou, com os problemas acumulando-se sem sequer serem analisados com seriedade por aquela que deveria ser a autoridade máxima na Educação no DF. Foi o ano em que o arrocho salarial atingiu o seu ponto mais agudo, com o regime militar tremendo nas bases diante da falência de sua política econômica e usando mão dos malfadados pacotes econômicos, a exemplo do tristemente famoso Decreto-lei 2045, que acotitava a consciência da classe trabalhadora. O Sindicato dos Professores não ficou omissivo e participou de todas as manifestações de repúdio às artimanhas governamentais, tenham estas ocorrido nas ruas, em auditórios ou no próprio Congresso Nacional, para onde acorreram trabalhadores de todo o País.

A medida em que se aproximavam os anos passados, os acontecimentos tornam-se mais vivos, mais presentes na memória. Como esquecer, por exemplo, o movimento popular que arrastou o País pelas eleições diretas já? E lá estava o Sindicato dos Professores, desde o início, seja através dos membros de sua diretoria, seja através de cada um daqueles que compõem a categoria. Continuava o trabalho normal da entidade, com as negociações salariais e o atendimento a cada um dos professores que buscavam a sede do Sindicato. Mas o verdadeiro espírito cívico brasileiro, renascido nas ruas, certamente deu muito à luta do professorado.

Os professores estiveram presentes em todas as reuniões prévias de mobilização, em todos os atos públicos, do auditório do Sindicato emanaram as orientações. No dia 25 de abril, todos ao Congresso Nacional, pela reconquista do direito do povo brasileiro em eleger o Presidente da República. Não adiantaram "estados de emergência" em Brasília, não adiantaram as prisões de diversos colegas, entre os quais os professores Libério Pimentel, Geraldo Tadeu de Araújo e Jonar Moreno e Ademir de Faria. Não adiantaram ameaças e nem represálias. Os "buzinaços" transformaram Brasília em capital nacional também da resistência popular contra as "indiretas".

Além de "diretas já", 1984 foi um dos anos mais importantes na história do movimento sindical do DF. Ocorreram diversas tentativas de reunificação das entidades através de uma coordenação única. Foi criado o Comitê de Defesa dos Mutuários do



BNH, com o propósito de lutar por uma mudança completa na política habitacional em vigor no País. E a nível dos professores, foi realizado o I Encontro dos Professores do DF, marco maior de debate e discussão dos problemas e rumos da classe, de onde saiu aprovada, a proposta de filiação do Sipro-DF à Confederação de Professores do Brasil (CPB). Os professores, através do Sindicato, continuaram participando de toda a movimentação social, a exemplo da luta contra o novo arrocho salarial representado pelo Decreto-lei 2065.

O ano de 1984 veio marcar o fim do regime militar. Como um dos muitos instrumentos utilizados pelo povo brasileiro para atingir tal objetivo, o Sindicato dos Professores colaborou até o fim para jogar pás de cal sobre o defunto. Já em meados de 1984, o desespero dos generais, coronéis e despoitais menores era quase que total. No mês de julho, por exemplo, o Sindicato dos Professores quase foi invadido pelas tropas do coronel Lauro Rieth, que procurava "defender" de vaias uma visita do general Figueiredo à Empresa Brasileira de Notícias, cujo prédio funciona em frente ao Sindicato dos Professores. Foi uma noite memorável. De uma hora para outra, de forma espontânea, foram chegando pessoas diante do cerco de segurança instalado em frente à EBN. Quando menos se esperava (ou quando mais se esperava), vaias irromperam a multidão, intercaladas por palavras de ordem. Era o fim do regime militar mas, mesmo assim, o Sindicato dos Professores quase era atingido por uma última patada do coronel Lauro Rieth.

Em janeiro de 1985, em uma eleição ainda indireta, acaba o ciclo militar, se bem que o povo brasileiro



A sede própria do Sindicato: imponência que comprova a boa administração e impõe a grandeza física da categoria

sequer poderia imaginar o que viria a seguir. A eleição do presidente Tancredo Neves reviveu parte do monumental movimento cívico que foi a corrida pelas eleições diretas. A palavra de ordem imediatamente passava a ser "Constituinte urgente", conforme passou a ser propagado pelo Sindicato dos Professores. Da mesma forma, o Sindicato dos Professores, sem se deixar levar pela partidização, procurou influir para que os diversos escalões do GDF fossem ocupados por pessoas de tradição democrática e vinculadas a Brasília. No auditório do Sipro-DF foram realizados inúmeros debates, reuniões, com a presença marcante de candidatos ao GDF. Da mesma forma, o Sindicato demonstrou a preocupação quanto aos destinos que tomariam o setor de Educação no Distrito Federal.

Antes que ocorresse a mudança de governo também a nível de DF, o movimento dos professores começou a viver um período de luta intensiva. Já em abril, a palavra de ordem do dia era "paralisação", contra a intransigência da Fundação Educacional, ainda sob o comando do entulho autoritário. Não foi sem alegria, portanto, que os professores receberam a nomeação dos novos titulares da Secretaria de Educação e da Fundação Educacional. Um novo tempo de diálogo parecia se abrir. E crescia assustadoramente (para os patrões é GDF), também o movimento dos professores da rede particular de ensino. As mudanças orgânicas na FEDF não impediram, porém, a deflagração da grande greve de 1985, que uniu e levou os professores até a vitória, com conquistas jamais conseguidas antes, em qualquer lugar do País, em qualquer época (ver desaque).

## Você sabia?

- Que o SINPRO-DF celebrou, em 1985, o melhor acordo coletivo do Brasil, em todos os tempos?
- Que o SINPRO-DF é o único sindicato a conquistar reposição salarial no Brasil, em qualquer época? Cerca de 46 por cento (acumulados)....
- Que o SINPRO-DF é o único sindicato de todo o Brasil a conquistar ESTABILIDADE NO EMPREGO?...
- Que o SINPRO-DF é um dos poucos sindicatos que conseguiu Delegado sindical?
- Que o SINPRO-DF é uma das raras Entidades de Classe, no País inteiro, que conquistou o direito a Eleição de diretores de escolas?

Além de um reajuste com reposição salarial de 46%, os professores tiveram reconhecido o direito de elegerem os diretores de escolas e o delegado sindical. Foi conquistada a estabilidade no emprego. Começou a ser, efetivamente, estudado o Quadro de Carreira. E não foram verificados grandes incidentes entre os patrões (a Secretaria de Educação e a Fundação Educacional) e os professores, durante o processo de negociação. 1985, não resta a menor dúvida, foi o ano de maior avanço salarial e a nível de reivindicações da categoria. Até que...

Muito do que os professores ganharam com os embates de 1985 foi perdido no ano seguinte com apenas uma medida do Governo Federal: o pacote econômico que congelou os preços no seu ponto mais alto e os salários pela média, comendo a conquista de reposição salarial da categoria. O governo, utilizando uma estratégia típica do regime militar, procurou "pegar" os trabalhadores desmobilizados, atirando o pacote em pleno 28 de fevereiro, logo após o carnaval. Sacudir a poeira e dar a volta por cima, foi o que restou à categoria, que deu novamente uma lição de resistência às imposições de cima para baixo e ao arrocho salarial: o novo "pacote" foi dissecado em inúmeras reuniões, foi motivo de debate com técnicos de renome nacional e o que era óbvio de início acabou por se comprovar nos mínimos detalhes: os trabalhadores saíram perdendo mais uma vez, apesar da "Nova República", apesar das promessas de palanque e das belas frases de efeito pronunciadas nos dois anos anteriores.

Sem aceitar o arrocho, os professores foram à luta e à greve, unindo-se a diversas outras categorias de funcionários do GDF também atingidas pelos malefícios impostos pelo "pacote". Vieram assembleias, atos públicos, manifestações, audiências e, tristemente, os professores comprovaram que a intransigência também está presente nos governos que se dizem democráticos. Os professores comprovaram, também, que as acusações de "subversão", de "aventurismo" e de "demagogia" também partem de governantes que sofreram consequências do período autoritário. O atual período está presente, com mais atualidade, em outras páginas dessa edição. E ler, refletir e aprender. A história se repete, mesmo que com personagens e situações diferentes, mas os trabalhadores têm o seu destino nas mãos!

Contas do Sindicato

continuação

ABRIL

CÓDIGO	CONTAS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA
			No Mês	Até o Mês	
<b>20.00 ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>					
<b>20.000 RECEITAS</b>					
01	Trin. e Retenç.	519.000,00	31.422,30	102.802,02	416.197,98
05	Alm. e Curso	129.500,00	8.281,00	26.974,45	98.325,55
24	Alimentação	4.500,00	-	71,00	4.429,00
25	Alm. e Transporte	36.000,00	-	2.359,51	33.640,49
26	Previd. e Social	100.000,00	6.504,43	21.882,01	78.117,99
27	P.F.T.S.	42.000,00	-	-	42.000,00
28	P.F.T.S.	5.200,00	-	313,74	4.886,26
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>		<b>932.200,00</b>	<b>46.207,73</b>	<b>154.409,73</b>	<b>677.792,27</b>
<b>20.010 DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>					
01	Ordenam. e Salários	882.000,00	44.699,94	139.095,48	742.904,58
02	Honorários	100.000,00	18.690,15	34.359,40	115.690,40
03	Art. de Transporte	200.000,00	2.448,82	24.452,53	175.547,47
04	Art. de Impres.	6.000,00	220,51	446,27	5.779,23
05	Potelegracia	2.000,00	84,55	241,35	1.758,65
06	Alimentação	10,00	1.939,00	5.158,50	4.141,50
07	Lanche	2.500,00	-	-	2.500,00
08	Coat. e Transporte	39,000,00	2.290,70	9.398,00	69.642,00
09	Força e Luz	32,000,00	1.856,00	5.804,05	26.339,95
10	Alm. e Saqeto	3,000,00	169,19	1.989,97	1.030,03
11	Telefone	30,000,00	1.769,10	14.350,88	35.649,22
12	Cooperação/Relações	100,000,00	3.456,41	11.710,75	148.979,55
13	Instalações	24,000,00	746,24	6.437,93	17.367,07
14	Print de Serviços	50,000,00	310,00	6.535,81	41.484,79
15	Matr./Equipamentos	25,000,00	1.186,00	3.409,82	21.594,18
16	Mat. de Fretados	180,000,00	-	-	-
17	Serviços	2.249,20	2.249,20	9.709,82	-
18	Combustível	5.208,87	5.208,87	18.124,88	132.159,92
<b>TOTAL DESPESAS</b>		<b>1.795.500,00</b>	<b>90.230,48</b>	<b>293.285,34</b>	<b>1.502.233,64</b>

# Gastos com a greve na FEDF - Junho/86

01 - Cartas distribuídas à população nos dias 1 e 2/4/86 e nos dias 14, 15 e 16/4/86-NF. 274. 304, 305, 227 e 247 - Gráfica Art Graf, num total de 1.100.000 cartas VALOR DE Cz\$ 71.000,00.

02 - Som utilizado nas assembleias, ato público e nas regionais de Taguatinga, Sobradinho, Ceilândia, Planaltina - recibos Gerson C. de Souza, José Fernandez Dias, Gildo P. Macedo e Cicero V. da Silva - VALOR Cz\$ 15.650,00.

Despesa com correio para enviar cartas informativas da greve aos professores-NF. 269061, 269062, 269021 - VALOR Cz\$ 2.978,40

Confeção do Quadro negro GREVE GERAL-NF. 72002 - VALOR Cz\$ 15.690,00

05 - Aberturas das janelas da Escola Normal para assembleia - VALOR Cz\$ 850,00

06 - Gasto com combustível na campanha de mobilização e piquetes - recibos assinados em nosso poder e NF. 89668, Auto-Posto Planalto; Porto Petrolino, 538654, e 342364; Touring Club do Brasil - VALOR Cz\$ 7.431,50

07 - Compra de papel-cartão para senha de identificação em assembleias-NF. 112269, 39137, 39258, Papelaria Rio - VALOR Cz\$ 1.924,00

08 - Corte e escrita nessas senhas-NF. 305, Art. Graf - VALOR Cz\$ 640,00

09 - Notas publicadas no Correio Brasiliense, dias 23/5, 17/5 e 25/5 - VALOR Cz\$ 43.145,20

10 - Pagamento do aluguel



do Centro de Convenções para realização da assembleia do dia 27/5 - VALOR Cz\$ 4.000,00

11 - Filme para fotografar nas regionais e ato público-NF. 417, Foto Colortek - VALOR Cz\$ 195,00

12 - Compra de fitas para gravar assembleias-NF. 56789, 111179, 11150, Junior e Fujioka - VALOR Cz\$ 269,80

13 - Pano para confeção de faixas usadas em atos públicos-NF. 728831, C. Pernambucanas - VALOR Cz\$ 234,00

14 - Pagamento de limpeza e carregamento de cadeiras antes

e depois das assembleias - VALOR Cz\$ 780,00

15 - Divulgação de regional feita nas rádios Planalto, Capital e Alvorada - VALOR Cz\$ 3.024,00

16 - 42.000 tabelas de salários distribuídas à população, através das associações de moradores, e em logradouros públicos tais como: pontos de ônibus, rodoviária, e aos próprios professores na assembleia do dia 15/3/86 - VALOR Cz\$ 5.795,00

VALOR TOTAL = Cz\$ 173.606,90

CÓDIGO	CONTAS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA
			No Mês	Até o Mês	
<b>20.020 DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>					
01	Trin. e Retenç.	1.795.500,00	90.230,48	293.285,34	1.502.233,64
02	Divulgação	292.600,00	8.402,88	31.624,62	170.375,38
03	P.F.T.S.	71,000,00	-	-	71.000,00
04	P.F.T.S.	9,000,00	-	520,78	8.479,22
05	Alm. e Curso	14,000,00	719,10	719,10	13.880,90
06	Alimentação	30,000,00	-	-	30.000,00
07	Cooperação/Relações	10,000,00	-	-	45.000,00
08	Cooperação/Relações	45,000,00	-	-	10.000,00
09	Cooperação/Relações	10,000,00	-	-	10.000,00
10	Cooperação/Relações	50,000,00	6.061,10	9.877,99	40.728,01
11	Previd. e Social	180,000,00	19.066,50	10.742,95	149.971,31
12	Alm. e Curso	4,500,00	658,50	3.221,70	1.876,30
13	Alm. e Curso	500,00	-	-	500,00
14	Alm. e Curso	60,00	811,75	1.354,00	(1.294,00)
15	Despesas Diversas	600,00	162,20	176,50	423,30
16	Despesas Diversas	4,000,00	15,60	259,03	3.839,87
<b>TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>4.295.160,00</b>	<b>126.126,24</b>	<b>378.694,99</b>	<b>4.090.463,23</b>
<b>20.030 DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>					
01	Ordenam. e Salários	500,000,00	22.499,97	79.012,94	480.987,09
02	Previdência Social	110,000,00	9.123,83	20.358,46	99.417,54
03	P.F.T.S.	40,000,00	-	-	40.000,00
04	P.F.T.S.	9,000,00	-	86,97	4.911,03
05	Alm. e Curso	8,000,00	-	-	8.000,00
<b>TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>661,000,00</b>	<b>31,623,80</b>	<b>99.658,41</b>	<b>561.341,59</b>

CÓDIGO	CONTAS	AUTORIZADA	REALIZADA		DIFERENÇA
			No Mês	Até o Mês	
<b>24.000 DESPESAS ESPECÍFICAS E CULTURAIS</b>					
01	Ordenam. e Salários	132,000,00	6.786,88	20.546,15	111.653,69
02	Viagens e Estadas	40,000,00	280,00	1.417,00	38.583,00
03	Previdência Social	29,000,00	1.533,72	5.719,73	21.880,27
04	P.F.T.S.	11,000,00	-	-	11.000,00
05	P.F.T.S.	1,500,00	-	338,21	1.161,79
06	Despesas Diversas	24,000,00	5.738,62	6.664,62	17.139,38
1.00	ATIV. CULTURAIS	80,000,00	-	85,00	79.915,00
2.00	ATIV. CULTURAIS	13,000,00	-	-	13.000,00
3.00	FESTAS/COMEMORAÇÕES	31,000,00	-	-	31.000,00
4.00	ENCANTOS REGIONAIS	8,000,00	-	-	8.000,00
5.00	CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS	142,000,00	-	93.492,46	48.507,54
<b>TOTAL DE DESPESAS ESPECÍFICAS E CULTURAIS</b>		<b>538.500,00</b>	<b>14.879,82</b>	<b>130.243,37</b>	<b>408.856,63</b>
<b>25.000 DESPESAS ESPECÍFICAS DE 3º GRAU</b>					
01	Ordenam. e Salários	72,000,00	-	-	72.000,00
02	Grat. à Diretoria	70,000,00	-	-	70.000,00
03	Viagens e Estadas	120,000,00	-	3.675,20	116.324,80
04	Alm. e Curso	60,000,00	-	-	60.000,00
05	Previdência Social	34,000,00	-	-	34.000,00
06	P.F.T.S.	13,000,00	-	-	13.000,00
07	P.F.T.S.	1,600,00	-	-	1.600,00
08	Previd. e Social	129,400,00	-	-	129.400,00
<b>TOTAL DESPESAS ESPECÍFICAS DE 3º GRAU</b>		<b>500,000,00</b>	<b>-</b>	<b>3.675,20</b>	<b>496.324,80</b>
<b>TOTAL DE DESPESAS ESPECÍFICAS</b>		<b>4.295.860,00</b>	<b>214.129,89</b>	<b>760.670,60</b>	<b>4.159.159,60</b>

## Prestação de Contas

Dia 6 de julho de 1986 (domingo), uma importante assembleia: a exemplo do que faz anualmente, a Tesouraria do Sindicato dos Professores estará prestando contas relativas ao período 1985/1986. É importante e necessário que todos compareçam e procurem ficar por dentro das finanças e da aplicação de verbas do nosso Sindicato, patrimônio de toda a Categoria. A assembleia de prestação de contas será às 9 da manhã (primeira convocação), no auditório da Escola Normal de Brasília (908 Sul).

## Campanha eleitoral: por conta das chapas

Tirando as despesas normais inerentes ao processo eleitoral propriamente dito, a Tesouraria do nosso Sindicato não liberou um níquel sequer para a campanha de qualquer das chapas concorrentes à eleição da nova diretoria SINPRO/DF. As despesas de campanha - material publicitário, etc. - são da exclusiva responsabilidade dos candidatos.



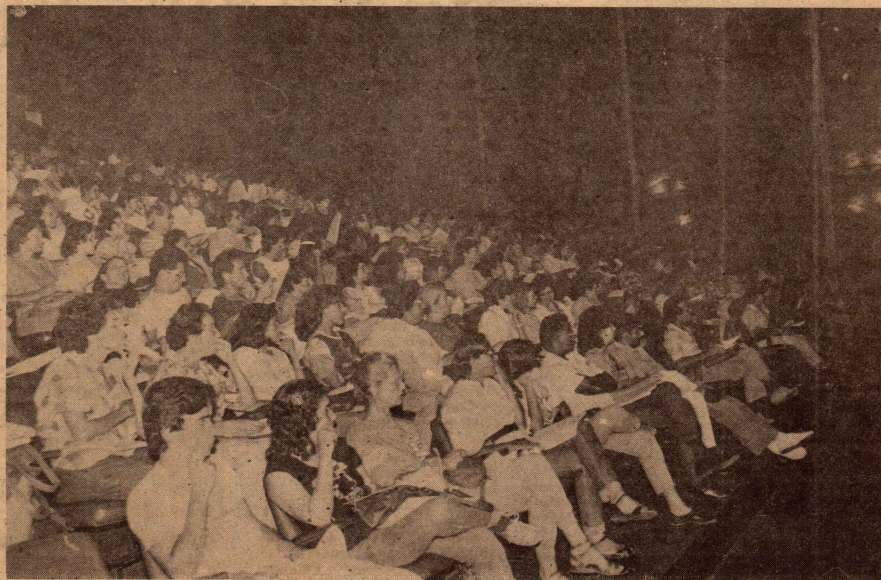
## Quadro de Carreira

## Trabalho da Comissão encerrado

Instituída à luz do Acordo Coletivo 85/86 — firmado ano passado entre o SINPRO e a SEC/FEDF — a Comissão do Quadro de Carreira (ao nível de SINPRO-DF) entregará à nova diretoria do Sindicato dos Professores no DF um balanço de suas atividades e principalmente o resultado concreto de meses de exaustivo, importante e eficiente trabalho. Com a referida iniciativa, a Comissão dá por encerrada a sua missão e abre oportunidade para outras pessoas, — com igual capacidade e interesse — acompanharem e fiscalizarem o processo de tramitação da proposta formulada pela Secretaria de Educação/Fundação Educacional do DF. Esta, no momento, encontra-se em fase de estudos e apreciação no CPP (Conselho de Política de Pessoal), devendo, a seguir, ser encaminhada à apreciação da Secretaria de Governo, à Secretaria de Educação, à Secretaria de Planejamento (Seplan) e ao Governador do Distrito Federal, para sanção final.

## Proposta do SINPRO

A proposta de Quadro de Carreira para o Pessoal do Magistério da FEDF (entendendo-se como Pessoal de Magistério professores e especialistas de educação) tem uma longa e rica história. Desde agosto do ano passado, a Comissão formada para elaborar um projeto de Quadro de Carreira se debruçou sobre a tarefa, quer pesquisando, quer colhendo sugestões, quer discutindo em sucessivas reuniões, nos mais variados níveis. A comissão promoveu reuniões específicas com os professores de Classe A, com os professores da Área Rural, com os professores de 1ª a 4ª série, com os Especialistas de Educação — há muito discriminados no magistério da FEDF. Realizamos várias assembleias gerais da categoria para discutir o Quadro de Carreira. Assim, foi possível levantar um amplo rol de reivindicações da categoria. Depois de aprovadas por ampla maioria em assembleia geral (08/11/86), foram devidamente aproveitadas no projeto de quadro de carreira da comissão paritária SINPRO/FEDF. Se não foi um trabalho acima da perfeição, foi o máximo a que se pôde chegar — com o indispensável aval das assembleias gerais da categoria. Durante todo o tempo e o desenrolar dos trabalhos, esta esteve permanentemente informada do que vinha sendo feito, seja através do Quadro negro, seja através de comunicados diversos, enviados a todos os professores sindicalizados (todos tudo arquivado). No mais, a Comissão do SINPRO-DF esteve sempre aberta às mais variadas formas de contribuição e, se mais integrantes não teve, foi pela omissão de colegas que, a princípio, deram o nome para participar do trabalho e sequer compareceram (ou compareceram apenas uma ou duas vezes — temos os nomes também guardados), ou por desinteresse. E, felizmente, há aqueles que confiaram plenamente na capacidade e no espírito de dedicação de quem aceitou o



Um dos vários encontros da categoria sobre o Quadro de Carreira: Escola de Música, final de outubro do ano passado.

desafio e não fugiu da raia, permanecendo firme até o final do trabalho. Fazemos questão de ressaltar aqui a participação brilhante e de altíssimo nível dos professores: Maria Cristina C. Cardoso, Hélio Sanfelice, Jovemália Guimarães, Maria Holanda Carvalho, Terezinha Alves Pereira, Mário Donatti e Geraldo Tadeu de Araújo (coordenador da comissão do SINPRO) — time de todas as horas —, mais o professor Admário Luiz de Almeida (comissão da FEDF) e a Dra. Ilda Magalhães (da Comissão Central de Cargos e Salários). Registramos também as contribuições frequentes e importantes dos professores Joaquim Humberto Macedo, Maria José Ribeiro e Aurélio Anchises (SINPRO-DF), todos companheiros de linha de frente na formulação da proposta de Quadro de Carreira.

## Proposta da FEDF

Dia 18 de novembro de 85, a proposta da Comissão Paritária SINPRO/FEDF foi entregue — de acordo com o prazo previsto no Acordo 85/86 — ao então diretor executivo da FEDF, professor Fábio Bruno. Nos meses seguintes, uma Comissão Central de Cargos e Salários (FEDF) tratou de examinar as reivindicações dos professores e especialistas de educação da FEDF e — com base nas mesmas — elaborar um projeto definitivo de Quadro de Carreira. Este projeto é o que foi divulgado recentemente para a categoria e está tramitando em várias instâncias do Governo.

Na proposta da SEC/FEDF, não constam — sob alegações diversas — várias reivindicações importantes,

tais como: triênio, licenças, benefícios previdenciários... Mas uma série de outras reivindicações — também importantes — são contempladas, tais como: elevação do piso salarial do professor Classe A (igualando em 31 por cento a diferença entre os salários dos professores Classes A, B e C); adicional ao salário média em torno de 8 por cento) a cada nível da Carreira; aproveitamento de cursos, participações diversas, pontualidade, assiduidade e outros no processo de avaliação do professor ou do especialista de educação; interstício com média em torno de 3 anos para mudança de nível; cômputo de tempo de serviço já prestado à FEDF para efeito de posicionamento inicial, etc.

É claro que tudo depende de regulamentação. Praticamente cada tópico da proposta de Quadro de Carreira depende de regulamentação. Mas aí a categoria deverá exercer a sua competência para não só acompanhar e fiscalizar, como também interferir nesse processo de regulamentação do QUADRO, criando até — se for o caso — uma comissão específica.

Na presente proposta da SEC/FEDF, alguns ajustes — de conteúdo e forma — precisam ser feitos. Há a questão dos não-habilitados — que necessita de uma definição. Há o problema dos Especialistas (estão perto de ganhar a parada, com sua inclusão no mesmo Quadro dos professores e posicionamento dos especialistas com Licenciatura Plena como professores Classe C, o que equivale na prática, à equiparação do seu salário ao de professor Classe C

— mas precisam continuar lutando). Não pode ser esquecida igualmente a questão dos prazos: para aprovação do Quadro de Carreira e respectiva regulamentação e para implantação do Quadro. São importantes também as formas de implantação. No geral, porém, a proposta ora em curso é boa. A Comissão do SINPRO-DF — que ora se retira — não tem nenhuma dívida em afirmar: esta proposta é boa, desde que sejam feitos os ajustamentos necessários, acima explicitados.

Ninguém espere mordomia ou vida mansa. Se quiser subir na Carreira, o professor vai ter de se mexer mesmo, ou seja, vai ter de ser professor, nas mais ampla, rica e bonita acepção do termo. Este, desde o início, o sentido MAIOR do Quadro de Carreira: um instrumento de valorização do Magistério, através de vantagens econômico-financeiras, e instrumento motivador de enriquecimento profissional, com vistas ao consequente resgate e aperfeiçoamento do nível do processo Ensino-Aprendizagem. Ganha o Professor, ganha o Ensino, a Educação, Ganha a Escola.

REGISTRO final: durante o processo de elaboração da proposta da SEC/FEDF, a comissão do SINPRO-DF teve acesso a algumas discussões. De sua participação, resultou um adendo — quase todo acatado — que vai reproduzido na página seguinte. Responsável por este balanço: comissão do Quadro de Carreira (ao nível de SINPRO-DF). Autor do texto: professor Geraldo Tadeu de Araújo (coordenador da comissão).

1. - **Triênio** — Reivindicação antiga dos professores do Distrito Federal, tantas vezes prometido e nunca cumprido, o **Incentivo por Tempo de Serviço** — ora pleiteado na forma de 5 (CINCO) POR CENTO POR TRIÊNIO — é um pedido mais do que justo, além de revestir-se da mais alta importância, dentro do projeto de valorização do Magistério e — particularmente — em favor do aperfeiçoamento do nível do processo Ensino-Aprendizagem.

A concessão do TRIÊNIO não será privilégio da Fundação Educacional do Distrito Federal. Precedentes há, aqui mesmo no DF, de parte da Fundação Hospitalar e, mais recentemente, no último acordo coletivo firmado entre a Universidade de Brasília — via SINPRO/DF — e seus professores.

O argumento de que só uma lei maior — via Congresso Nacional — admitiria a concessão do Incentivo por Tempo de Serviço é, pois, no mínimo discutível, dada a prática já detectada em várias situações. Assim sendo, o professorado da FEDF espera com ansiedade que as autoridades responsáveis tenham sensibilidade para a questão. E aguarda uma resposta urgente e positiva a respeito.

2 - **Licenças** — Não entendemos como as licenças pleiteadas em nossa proposta de **Quadro de Carreira** não tenham sido contempladas nessa primeira proposta da Comissão Central. As explicações dadas não convencem absolutamente, já que atribuem aos Estatutos de Magistério a competência para legislar sobre matéria. Como alternativa, propomos — visto que praticamente não temos um Estatuto do Magistério digno desse nome — que as aludidas licenças sejam incluídas no próximo ACORDO COLETIVO.... 1986/1987 que vier a ser firmado entre o SINPRO-DF e a SEC/FEDF.

**Observação:** Outra alternativa — sujeita a exame mais aprofundado — seria a instituição — no bojo do próprio ACORDO — de uma COMISSÃO PARITÁRIA, com a responsabilidade de elaborar um novo ESTATUTO para o Magistério da FEDF e incluir neste, tantas as LICENÇAS como também o INCENTIVO POR TEMPO DE SERVIÇO.

3 - **Tempo de Serviço já prestado à FEDF**, para efeito de **Posicionamento inicial** no Quadro de Carreira.

O tempo proposto — **PROFESSORES COM MENOS DE 10 ANOS e PROFESSORES COM MAIS DE 10 ANOS** — restringe muito as opções, não contemplando com a devida justiça o universo da categoria. Propomos o **POSICIONAMENTO INICIAL DO PROFESSOR e do ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO** de acordo com a seguinte escala de tempo de serviço já prestado à FEDF:

- de 01 (um) dia a 05 (cinco) anos;
- de 05 (cinco) anos e 01 (um) dia a 10 (dez) anos;
- de 10 (dez) anos e 01 (um) dia a 15 (quinze) anos;
- de 15 (quinze) anos e 01 (um) dia em diante.

**OBSERVAÇÃO:** Esta proposta não pode ser completada pelo não atendimento, por parte da Chefia do Departamento de Pessoal da FEDF, de solicitação nossa referente a dados sobre pessoal de magistério contratado pela referida Empresa. Lamentamos profundamente tal atitude, um verdadeiro desrespeito a um sério trabalho.

4 - **Atribuições das Categorias Funcionais:** — Acrescentar à redação do 1.6.1. Professor I, do 1.6.2. Professor II e do 1.6.3. Professor III, respectivamente, as seguintes atribuições:

.....e exercer atividades inerentes ao relacionamento escola-comunidade e atividades relacionadas com a execução do programa de trabalho da escola em seus diversos aspectos, sejam administrativos ou pedagógicos".

A presente sugestão visa a abrir ao Professor um leque de opções dentro da carreira, para além da estrita função de

# Quadro de Carreira Atualizar é preciso, para aperfeiçoar

Adendo à proposta da SEC/FEDF com críticas e sugestões da Comissão Central da FEDF em meados de março de 1986. A iniciativa mostra que é preciso estar atento e sempre pronto para as atualizações e aperfeiçoamentos. Nenhum quadro de carreira é por si só um projeto definitivo e acabado. O importante primeiro é ter um — o melhor possível — e com o tempo ir ajustando seu conteúdo às necessidades e contingências do momento. Com os olhos sempre voltados para o futuro! E para o interesse coletivo....

lecionar — conforme consta na proposta da Comissão Central.

5 - **Diplomas e Títulos, etc.** — Propomos que diplomas, títulos, trabalhos, etc. — obedecida a respectiva regulamentação — sejam computados **POSICIONAMENTO INICIAL** no Quadro de Carreira, quanto para a percepção de incentivos — de caráter financeiro — já vigentes na Fundação Educacional do DF. Este pleito se aplica particularmente a situações afetas que se criarem no decorrer da Carreira, quando Títulos, Diplomas, etc. deverão valer tanto para **CONTAGEM DE PONTOS** (Promoção de Nível para Nível) quanto para percepção de incentivos — de caráter financeiro — já vigentes na FEDF.

6 - **Computo de Tempo quando de "retorno"** — Em relação às alíneas b e c do referido subitem, sugerimos que, quando do **retorno** do Professor ou do Especialista de Educação ao trabalho, o respectivo tempo de serviço já prestado à FEDF seja computado no ato de posicionamento inicial daqueles no Quadro de Carreira.

**NOTA:** na proposta da Comissão Central, isso não está claro. Não custa "amarar", sem necessariamente ser preciso entrar em maiores detalhes, já que haverá posteriormente regulamentações específicas.

7 - **Situação dos "liberados" para o SINPRO-DF:** — Em várias situações (por exemplo: subitem 3.4., página 4.; subitem 3.5., página 5. e subitem 7.1.1., página 9. ), os professores "liberados" para prestarem serviços ao Sindicato dos Professores no Distrito Federal — SINPRO-DF — com ou sem ônus para esta Entidade — poderão ficar prejudicados quando da implantação e no curso da aplicação do **QUADRO DE CARREIRA**. Sugerimos para o caso uma disposição específica.

8 - **Crerícios de Avaliação:** — Discordamos da alínea a) do referido subitem: "Condições aferidas pelo chefe imediato".

Quando a Escola do DF passa por

amplo e salutar processo de abertura e democratização; quando toda a Comunidade Escolar é chamada a uma participação cada vez maior e mais efetiva na vida e no destino da Escola, não concebemos como uma avaliação possa ser levada a efeito por uma única pessoa. Tal iniciativa caracterizaria um retrocesso, na medida em que se delegaria a uma única pessoa o poder de decidir sobre o comportamento e, mesmo, sobre o futuro de outrem — prática, diga-se de passagem, muito comum nos tempos da ditadura, a comandar das superiores instâncias de Poder.

A nosso ver, a referida Avaliação deve ser feita por representantes do Corpo Docente, do Conselho Diretor da Escola e pelo Diretor (ou Chefe imediato, se for o caso), junto com o maior interessado, o Professor.

9 - **Vínculo exclusivo com a FEDF:** — Aqui e em outros pontos da proposta da Comissão Central, fala-se em **VÍNCULO EXCLUSIVO COM A FEDF**.

É mais do que conhecida a dificuldade de o Professor conseguir sobreviver **SOMENTE** com um contrato de 20 horas/FEDF e/ou conseguir na FEDF — mesmo querendo — contrato de 40 horas. Muitas vezes, o Professor é obrigado a apelar até para outros empregos, seja de magistério em escolas particulares, seja em outras áreas de atuação.

Diante dos fatos, por que não o meio-termo?

Propomos a mudança de **VÍNCULO EXCLUSIVO COM A FEDF para VÍNCULO EXCLUSIVO COM O MAGISTÉRIO**. Cabendo aqui até o contrato de 20 horas, na FEDF... E mesmo lecionando em escola particular, o Professor estará brigando por uma causa nobre, a Educação....

10 - **Crerícios de Desempeho:** — Por que critérios de desempate para a avaliação (subitem 5.4) se a progressão funcional (nível para nível, dentro da mesma classe) não depende de vaga?... Ver subitem 5.1.: "A progressão de que trata o item anterior não depende de vaga e o critério predominante é o de merecimento".

Aí existe, no mínimo, uma contradição.

11 - **Comissões de Avaliação:** — Por que tantas pessoas desviadas de função quando a própria FEDF poderia criar uma Permanente de Avaliação (renovável periodicamente). Por que contar PONTOS nesse tipo de trabalho — a título de "serviços relevantes" (subitens 6.2 e, mais adiante, 7.10.1) se o empregado já é remunerado pela Empresa no ato de sua contratação e terá, no caso acima, especificamente a função de Avaliar? Nos termos da proposta da Comissão Central, grupos restritos podem ser beneficiados, o que não convém....

12 - **Anexo II** — Prejudicado por falta de dados mais concretos sobre a questão. De qualquer forma, mantemos nossa proposta de que os PISOS para início de Carreira não sofram redução, mesmo para aqueles que forem contratados após a implantação do Quadro de Carreira. Mantemos igualmente nossa proposta de PISO maior para a CLASSE A constante na proposta da Comissão Paritária.

O possível impacto na folha de pagamento — num caso ou noutro — não é possível aferir por falta de dados (por sinal, solicitados mas não conseguidos).

13 - **Acréscimo salarial de nível para nível:** — Na proposta da Comissão Central, fala-se em acréscimo salarial de Nível para Nível. Muito ou Quasi? De quanto? Quando? Uma proposta geral não pode ser tão detalhada, ao ponto de complicar, quanto não tão vaga ao ponto de provocar dúvidas ou ambiguidades... Esta observação vale para este e para outros pontos similares.

14 - **Crerícios de Pontuação:** Consideramos a menção a PONTOS muito vaga, mesmo em se tratando de uma proposta geral.

15 - **Limitação de Vagas:** — Por que dependência de VAGA se a própria Lei (5.692/71, artigo 39) preciza remuneração de acordo com o maior nível de formação? (conferir igualmente proposta da Comissão Central, páginas iniciais, "expediente" do Diretor Executivo da FEDF).

16 - **Promoção através de "Mestrado":** — Pela proposta da Comissão Central, em todas as Categorias Mestrado promove de Nível 12 para Nível 14, menos na Categoria de Professor III, onde o Professor passa do Nível 11 para o Nível 12 (ver CARREIRA DO PROFESSOR III). Tal ocorrência representa — de acordo com os cálculos feitos pela Comissão Central — uma diferença (a menor) de R\$ 72 mil cruzeiros (tomando o salário de fevereiro/84) PARA A MESMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL. Por quê? Sugerimos a revisão dos mencionados Níveis.

17 - Quando da implantação do **QUADRO DE CARREIRA**, um Professor ou um Especialista pode ser posicionado como Categoria III, Nível 13, com — por exemplo — 10, 15 anos de Magistério e, consequentemente, com mais 15, 20 anos de Magistério pela frente. Como ascender na carreira se a proposta da Comissão Central — os Níveis só vão até o número 15 ???

Sugerimos a ampliação do número de Níveis (ver ITEM 12 deste Adendo).

18 - **Especialistas de Educação:** — Recomendamos atenção especial para a situação vivida pelos Especialistas de Educação, que vêm pleiteando sua inclusão no Grupo-Magistério — e decorrente posicionamento, nessa qualidade, no Quadro de Carreira do Pessoal de Magistério da FEDF. Particularmente e a curto prazo — e até, como sabemos, imediatamente da aprovação ou não de um Quadro de Carreira — os Especialistas de Educação reivindicam EQUIPARAÇÃO de seu salário ao salário do Professor Classe C/FEDF.

Já foi encaminhada à SEC/FEDF a própria Comissão Central do Quadro de Carreira certa documentação, com exposição de motivos enfatizando não só a justiça, como a LEGALIDADE do referido pleito.

## ELEIÇÃO

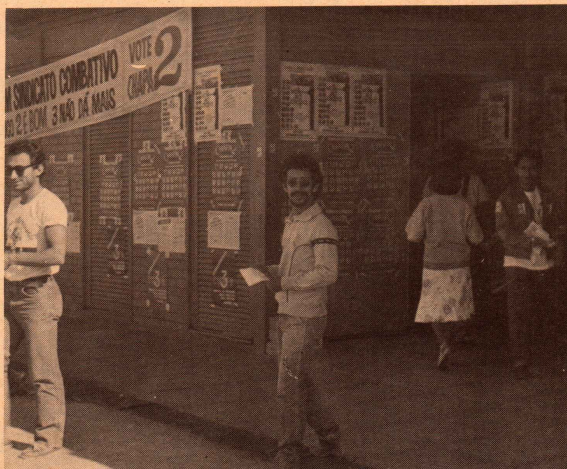
# Chapa 1 retirou sua candidatura

Entendendo que a realização de um segundo escrutínio nas eleições do Sindicato dos Professores "só iria provocar maiores desgastes para a Categoria, além de onerar as finanças já tão combalidas do SINPRO", a Chapa Um — Autonomia e Unidade, uma das três concorrentes ao pleito, resolveu retirar sua candidatura e, em nota oficial, conclamou todos os professores a "independentemente de pertencerem ou não a esta ou àquela chapa unirmos nossas forças para lutarmos contra toda a legislação autoritária que ainda persiste em nosso País, herança negra do período ditatorial, principalmente no que se refere à legislação trabalhista e sindical." Com a decisão da Chapa Um, permaneceram disputando a eleição para a nova diretoria do SINPRO-DF a Chapa Dois e a Chapa Três. No destaque ao lado, reprodizimos "esclarecimento" da Chapa Um em relação à sua atitude.

## Segundo turno

Ao contrário de algumas informações distorcidas e até mal-intencionadas, foi necessário realizar um segundo turno de votação nas recentes eleições do SINPRO-DF simplesmente porque, no primeiro turno, nenhuma das chapas obteve o quorum mínimo de votos (50 por cento mais um do Colégio Eleitoral, ou seja, do total de eleitores em condições de votar) previsto pela legislação sindical vigente.

No primeiro turno de eleição da nova diretoria do Sindicato dos Professores, a Chapa Um obteve 1.923 votos; a Chapa Dois obteve 4.647 votos e a Chapa Três obteve 1.225 votos. Houve 158 votos em branco e 509 votos nulos. Dos 12.198 associados inscritos e em condições de votar compareceram e votaram 8.462 eleitores, número que ultrapassou o quorum mínimo legal para abertura das urnas. A abstenção foi alta: quase 30 por cento de colegas deixaram de votar. Como a chapa que obteve mais votos não obteve o mínimo exigido por Lei para ser proclamada vencedora, o Procurador da Justiça do Trabalho — como manda a Lei — determinou (está constado em Ata, assinada por ele) no fim das apurações, a realização de novas eleições daí a 15 dias, o que, de fato, acabou de ocorrer.



Flagrante da eleição no SINPRO-DF, 1986

## Esclarecimento da Chapa Um

A Chapa Dois, em sua última nota, demonstrando má fé ou total ignorância da legislação sindical vigente, acusa a Chapa Um de ser a responsável pela realização do segundo escrutínio nas eleições do SINPRO/DF. A bem da verdade, ao contrário do que foi divulgado, esclarecemos que o segundo escrutínio realizar-se-á (nota de redação: acaba de ser realizado) independentemente da vontade ou não da Chapa Um, uma vez que a chapa mais votada no primeiro escrutínio não obteve o mínimo de votos necessários para ser declarada vencedora, segundo os termos da legis-

lação sindical.

A Chapa Um, coerentemente com o seu lema Autonomia e Unidade, sendo contra a citada legislação por entender que a mesma é arbitrária, anti-democrática e contrária aos interesses dos trabalhadores, retira-se da procrastinação do processo eleitoral, agradecendo aos companheiros que entenderam nossa proposta de trabalho, nossos objetivos político-sindicais, que transcendem os interesses da política partidária.

Brasília-DF, 11 de junho de 1986  
Chapa Um

## Flashes

De um eleitor a caminho da urna: "Engraçado, criticaram tanto o Libério e agora, na Chapa Dois que concorre ao SINPRO, temos: um até há pouco — presidente de partido político (PT-DF) e — ainda — candidato a deputado por Brasília; um vereador (PT-Luziânia) e candidato a deputado por Goiás, fora um médico de dia (40 horas) e professor à noite, e pessoas que, recentemente, se candidataram a outros cargos não tipicamente sindicais... Não é dose cavalariça pra elefante?"

A Chapa Dois andou divulgando — inclusive em nota — que a Chapa Um e a Chapa Três foram as responsáveis pela realização de segundo turno nas últimas eleições do SINPRO-DF. Quem conhece um mínimo de legislação sindical, ou quem não conhece mas esteve presente às apurações do primeiro turno (e a Chapa Dois estava lá) sabe muito bem que a realização do citado segundo turno — caso falte quorum no primeiro — é um preceito legal, rigorosamente seguido pelo Procurador da Justiça do Trabalho (portanto, a autoridade maior, no caso) que presidiu as apurações. A Chapa Dois não precisa apelar, né? Ou quer estar acima também da Lei?

Eleita a nova diretoria do SINPRO-DF, faltará à atual promover as últimas assembleias e arrumar a casa para os colegas que entram. A Categoria deseja a quem for eleito muito trabalho e realizações. A posse da nova Diretoria deverá ocorrer até o dia 21 do próximo mês de julho. Concretizada a posse, os integrantes da atual diretoria liberados para o SINPRO-DF retornarão à sala de aula para uma nova fase de atividade profissional.

